**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO RECURSO NO COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES**

**Maria Luisa Alvarenga1\*, Alice Alvarenga Silva1, Ana Luiza Fontoura de Souza1, Fernanda Oliveira Silva****1, Lucas Magalhães Roque1, Mikaelly Frasson Testa2 e Aldair Junio Woyames Pinto3.**

*1Graduando em Medicina Veterinária – UniBH – Belo Horizonte/MG – Brasil – \*Contato: mluisa.a7@gmail.com*

*2Médica Veterinária autônoma*

*3Professor de Medicina Veterinária – UniBH – Belo Horizonte/MG – Brasil*

**INTRODUÇÃO**

O Brasil detém a maior riqueza natural do planeta com sua grande biodiversidade que está sendo valorizada por sua multiplicidade de formas de vida e recursos ecoturísticos. No entanto, uma parcela considerável dessa diversidade biológica, encontra-se ameaçada de extinção, tendo como uma das principais causas a excessiva exploração humana, junto com a degradação e perda de habitat devido as atividades do homem na natureza, como o desmatamento ilegal de florestas, caça predatória e dentre outras5. Atualmente, o tráfico de animais corresponde a terceira prática criminosa mais lucrativa do mundo, movimentando bilhões de dólares anualmente. 10 a 15% do valor financeiro movimentado anualmente pelo comércio ilícito de animais no mundo é gerado pela retirada de animais da fauna brasileira e este é encorajado em feiras ilegais, lojas e criadores clandestinos, expondo impunidade a e parcimônia das autoridades e da sociedade como um todo5,6.

O presente trabalho tem como objetivo relacionar o surgimento do tráfico de animais no Brasil com seu histórico-cultural, e reconhecer a educação ambiental como um importante recurso no combate dessa atividade ilícita.

**MATERIAL E MÉTODOS**

A revisão literária foi desenvolvida a partir de pesquisas no Google Acadêmico no qual buscou-se diversos artigos acadêmicos redigidos em português entre os anos de 2011 e 2019. As palavras chaves utilizadas foram: tráfico de animais, educação ambiental e meio ambiente.

**REVISÃO DE LITERATURA**

A fauna silvestre começou a ser explorada pelas tribos indígenas que à utilizavam como elemento cultural para ornamentação, instrumentos, ferramentas e alimentação. Com o início da exploração europeia, no século XVI, viajantes retornavam aos seus locais de origem com animais, plantas e mineiras para provar encontro de novos continentes. Com o passar do tempo, no século XIX, muitos viajantes passaram a ser designados a obter animais para atender ao mercado estrangeiro2.

Na década de 60, tornou-se comum feiras comerciais de animais silvestres e seus produtos, principalmente aves. Em 1967, essa atividade se tornou ilegal pelo Instituto Brasileiro Florestal (IBDF) junto, com o advento da Lei Federal nº5.197/67 de Proteção à Fauna, declarando que todos os animais de fauna silvestre e seus produtos são de propriedade do Estado, e não podem mais ser caçados, capturados, comercializados ou mantidos sob posse particular1,5.

Contudo, não deram alternativas às pessoas que dependiam economicamente desse tipo de comércio, e que assim, caíram na criminalidade. Como consequência, surgiu o comércio clandestino.

De acordo com a Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (RENCTAS), trinta e oito milhões de espécies, são retiradas anualmente, da fauna brasileira, com destino ao tráfico ilegal de animais, sendo submetidas a condições precárias de transporte, falta de alimentação e inexistentes cuidados com o bem-estar animal5.

O impacto do tráfico animal é extenso, gerando uma redução populacional das espécies pela captura excessiva. Posto isto, vale destacar, que animais presos são excluídos de processos reprodutivos, não possibilitando descendentes, o que aumenta o risco de extinção. Além de que alguns patógenos que atingem a fauna silvestre podem ter caráter zoonótico, podendo trazer prejuízo na saúde humana1,4.

É de suma importância estabelecer o perfil do tráfico e do traficante para que se possa entender a cadeia social deste crime ambiental e assim direcionar de forma mais assertiva as ações de combate ao tráfico de fauna silvestre, como o treinamento de equipes de resgate especializada no manejo específico da espécie, entender a época do ano de maior alerta e o perfil de pessoas que precisam ser conscientizadas2.

Entidades não governamentais, junto à UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) debatem sobre soluções eficazes para o tráfico de animais. Sabe-se que a Educação Ambiental tem ganhado visibilidade e reconhecimento4. É preciso compreender desde a base de ensino a importância do equilíbrio entre natureza, animal e seres humanos por meio de técnicas e métodos que facilitem o processo de tomada de consciência sobre a gravidade dos problemas ambientais1.

Deve se ressaltar a importância da educação ambiental em ambiente escolar, pois crianças são o “futuro da nação”, pois uma vez conscientizados elas são capazes de refletir criticamente sobre aquele problema e ainda podem agir como multiplicadores dos ideais pró-ambientais6.

A Educação Ambiental deve ser voltada para uma crítica ao sistema econômico atual e apelo para transformações estruturais, problematizando a ligação do social com a natureza. Entende-se que para isso deve-se construir uma educação revolucionária, com base no pensamento Freireano, comprometida vinculada a uma consciência reflexiva dos problemas sociais correntes para que todos tomem consciência dos impasses que os afetam com o intuito de criar uma racionalização ambiental2,3. Diminuir o máximo possível o “analfabetismo ambiental” ou falta de informações acerca dos problemas ambientais é uma tentativa de solução para o tráfico de animais silvestres, assim como para os muitos outros problemas ambientais.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sendo assim, é notório a necessidade de transformação do Estado e da sociedade. Espera-se que o poder público elabore e execute políticas públicas fomentadoras da conservação da fauna silvestre e que a sociedade seja sensibilizada quanto a conservação de especiais.